

**ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES****Identificação do Documento**

<b>Solução de TI:</b>	Registro de Preços para emissão de Certificações Digitais, Padrão ICP Brasil, tipo A-3, para Pessoas Físicas, incluindo visitas para validação e emissão de algumas Certificações.
<b>Nº do Item no Plano de Contratações:</b>	
<b>Integrantes Demandantes/área:</b>	Vitor Dias Fernandes / Secao de Controle de Cargos e Nomeações
<b>Integrantes Técnicos/área:</b>	Marcio Henrique Zuchini / Coordenadoria de Atendimento ao Usuário
<b>Integrantes Administrativos/área:</b>	Douglas Suetsugo Mitsuse / Coordenadoria de Compras Christiano Carneiro Ferreira / Coordenadoria de Compras

**Controle de Revisão**

<b>Data</b>	<b>Versão</b>	<b>Descrição</b>	<b>Autor</b>
02/08/2022	1.0	Versão inicial	Victor André Cetara Berti
04/08/2022	1.1	Adequação de itens pendentes	Victor André Cetara Berti

## **ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

### **Sumário**

<b>1 Objetivos do Documento</b>	<b>3</b>
<b>2 Solução de TI a ser contratada/adquirida</b>	<b>3</b>
<b>3 Análise de Viabilidade da Contratação</b>	<b>3</b>
3.1 Necessidade da contratação	3
3.2 Alinhamento com o Plano de Contratações de STIC para o exercício e a previsão orçamentária	3
3.3 Alinhamento entre a contratação e os planos estratégicos do TRT 15 e planos estratégicos de Tecnologia da Informação	3
3.4 Requisitos da contratação/aquisição	4
3.5 Soluções disponíveis no mercado	11
3.6 Contratações similares disponíveis em outros órgãos	12
3.7 Identificação de diferentes soluções que atendem aos requisitos	14
3.8 Identificação de diferentes soluções que atendam aos requisitos e presentes no Portal do Software Público Brasileiro	14
3.9 Identificação de diferentes soluções em software livre ou software público que atendem aos requisitos	14
3.10 Identificação de diferentes soluções considerando o no Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do Poder Judiciário	15
3.11 Identificação de diferentes soluções considerando a aderência às regulamentações da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil)	15
3.12 Identificação de diferentes soluções considerando Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus)	15
3.13 Estimativa preliminar de preços	15
3.14 Justificativa e escolha da solução a contratar	16
3.15 Benefícios a serem alcançados	17
3.16 Relação entre a demanda prevista e a quantidade de cada item	17
3.16.1 Informações de consumo	17
3.17 Providências para adequação do ambiente do órgão	18
<b>4 Equipe de Planejamento da Contratação</b>	<b>18</b>

## ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

### 1 Objetivos do Documento

Este documento consiste em Estudos Preliminares necessários para assegurar a viabilidade da contratação, mensurar os riscos, determinar uma estratégia para a contratação, fornecer subsídios para a elaboração do Projeto Básico ou Termo de Referência, bem como definir um plano de sustentação para a solução contratada, conforme Resolução CNJ nº 182, de 17 de outubro de 2013, e parecer da AJUR, PROAD nº 17172 de 2022, constante no Doc. 06 do PROAD 16060/2022.

### 2 Solução de TI a ser contratada/adquirida

Registro de Preços para emissão de Certificados Digitais, Padrão ICP Brasil, tipo A-3, para Pessoas Físicas, incluindo visitas para validação e emissão de algumas Certificações.

### 3 Análise de Viabilidade da Contratação

#### 3.1 Necessidade da contratação

Em 2023 haverá o vencimento de um grande número de certificados digitais pertencentes a este tribunal.

#### 3.2 Alinhamento com o Plano de Contratações de STIC para o exercício e a previsão orçamentária

O objeto se encontra no Plano Orçamentário 2022 - Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - 2º Trimestre, na descrição do item E.D.: 3.3.90.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ, subitem CERTIFICADOS DIGITAIS E TOKENS.

#### 3.3 Alinhamento entre a contratação e os planos estratégicos do TRT 15 e planos estratégicos de Tecnologia da Informação

TST / CSJT	
Objetivo Estratégico	Meta / Indicador / Ação
Apropriação da infraestrutura de TIC às demandas judiciais.	Dar continuidade à Governança de TI (indicador iGovTI)
Aprimoramento da Informação	Assegurar celeridade e produtividade para a prestação jurisdicional.

## ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Satisfação dos usuários	Aprimorar a Governança de TI.
-------------------------	-------------------------------

### 3.4 Requisitos da contratação/aquisição

Requisitos Funcionais e Técnicos	
Certificado digital do tipo A3 - AC-JUS - padrão ICP-Brasil	
ID	Descrição
R.FT01	O certificado digital deve permitir a assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, login de rede, entre outras destinações.
R.FT02	O certificado deve ser do tipo A3, gerado e armazenado em dispositivo de mídia criptográfica do tipo token USB.
R.FT03	O certificado digital deve ter validade de no mínimo 36 (trinta e seis) meses contados a partir da data de emissão.
R.FT04	O certificado digital deve ser aderente ao padrão ICP-Brasil. Este requisito se dá em razão da Resolução CNJ nº 185/2013, Art. 4º, § 3º : <i>“Somente serão admitidas assinaturas digitais de pessoas físicas e de pessoas físicas representantes de pessoas jurídicas, quando realizada no sistema PJe ou a este destinada, se utilizado certificado digital A3 ou equivalente que o venha a substituir, na forma da normatização do ICP-Brasil.”</i>
R.FT05	Certificado digital deve pertencer à cadeia da Autoridade Certificadora AC JUS. Este requisito se dá em razão da Resolução CSJT nº 164/2016: <i>“Art. 2º O certificado digital será utilizado pelo usuário interno da Justiça do Trabalho na prática de atos que exijam sua identificação funcional e pessoal em meio eletrônico.</i> <i>§ 1º O certificado digital a que se refere o caput deverá ser o de perfil “Institucional” pertencente à cadeia “Cert-JUS”, do tipo A3 ou superior quanto aos requisitos de segurança, salvo quanto ao PJe, que poderá ser do tipo A1. (Redação dada pela Resolução n. 186/CSJT, de 24 de março de 2017)“</i>
R.FT06	A contratada deverá disponibilizar ao órgão contratante acesso eletrônico autenticado a consultas customizáveis, que possibilite ao órgão obter relação de certificados digitais solicitados, validados e com emissão autorizada, em um determinado período e/ou emitir e comunicar ao órgão, mensalmente, em forma digital, em planilha compatível com Microsoft Excel, relação dos certificados solicitados e o estado da solicitação (solicitado, validado, emitido ou cancelado).
R.FT07	As consultas ou a relação fornecida pela contratada devem conter no mínimo as seguintes informações: mês do calendário a que se refere, identificador do pedido,

## ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

	nome do titular do certificado, data de solicitação, as respectivas situações dos certificados solicitados (“pedido”, “validado”, “autorizado” ou “cancelado”), o total de certificados digitais efetivamente emitidos no mês (a faturar).
R.FT08	Adicionalmente, dependendo do estado do pedido, deverá ser informado o seguinte: data da validação, data da emissão, motivo e data do cancelamento e identificação da Autoridade de Registro (AR) e demais procedimentos realizados pertinentes.
<b>Visitas Técnicas para emissão de certificado digital</b>	
<b>ID</b>	<b>Descrição</b>
R.FT09	O serviço compreende a realização de visita técnica com o objetivo de realizar a validação e emissão dos certificados digitais Tipo A3 para pessoa física.
R.FT10	As visitas para emissão dos certificados digitais deverão ser realizadas na sede do Tribunal.
R.FT11	Deverão ser emitidos até 5 (cinco) certificados digitais por visita no caso de emissão de certificado para pessoa física na sede do Tribunal.
R.FT12	As validações serão realizadas dentro do horário de funcionamento do Tribunal.
R.FT13	O agendamento da Visita Técnica deverá ser realizado pela Coordenadoria de Provimento e Vacância. Caso haja necessidade de cancelamento ou reagendamento da visita, a Coordenadoria de Provimento e Vacância deverá informar a Contratada das alterações com, no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência da data programada.
R.FT14	Na impossibilidade de comparecimento do Magistrado ou Servidor, no período programado para emissão dos certificados, sem reagendamento, ou cancelamento prévio, o serviço de visita local será considerado como prestado.
R.FT15	A contratada deverá observar e atender às disposições editadas por este Tribunal, bem como aos Decretos Estaduais sobre o tema e à resolução CNJ nº 322, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do vírus que causa a COVID-19, além da necessidade de comprovação do gesto vacinal (aplicação de pelo menos duas doses da vacina contra a COVID-19), para trabalhos nas dependências sob responsabilidade deste TRT 15ª Região.

<b>Requisitos de Treinamento (Capacitação)</b>	
<b>ID</b>	<b>Descrição</b>
R.T01	Não se aplica.

<b>Requisitos Legais, Sociais e Ambientais</b>	
<b>ID</b>	<b>Descrição</b>

**ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

R.LSA01	<p>Deverão ser observadas, no que couber, os seguintes critérios e as práticas expostas no “Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho - 3ª edição” (criado pela Resolução nº 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT), em especial as seguintes:</p> <p>I. Comprovar, antes da efetivação desta aquisição, sob pena de cancelamento do ajuste:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e</li><li>b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:<ul style="list-style-type: none"><li>○ Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;</li><li>○ Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;</li><li>○ No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo);</li><li>○ Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;</li><li>○ No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT);</li><li>○ Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;</li><li>○ No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.</li></ul></li></ul>
R.LSA02	<p>Deverão ser observadas, no que couber, os seguintes critérios e as práticas expostas na “LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS”, em especial as seguintes:</p> <p>CLÁUSULA DEZENOVE: DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – Para os fins dispostos na LGPD – Lei nº 13.709/2018, a CONTRATADA DECLARA que concorda com as ações de Privacidade e Proteção de Dados do TRT previstas nesta cláusula, comprometendo-se a manter política de conformidade junto ao seu quadro</p>

**ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

de empregados e/ou prepostos, notadamente em relação àqueles que terão acesso a dados pessoais gerais e dados pessoais sensíveis de terceiros, sob a custódia do TRT, em razão do desempenho das atribuições a serem executadas por força deste Instrumento. A CONTRATADA também fica ciente de que a perda e o vazamento de referidos dados podem trazer graves implicações ao TRT, bem como consequências administrativas, civis e criminais ao responsável pela infringência.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a manter a confidencialidade com relação a toda documentação e toda a informação obtida através do TRT ou de qualquer pessoa física ou jurídica vinculada de alguma forma ao TRT, concordando em:

- a) Não divulgar a qualquer pessoa, que não esteja expressamente autorizada pelo TRT, o conteúdo de qualquer informação;
- b) Não permitir a qualquer pessoa o manuseio de qualquer documentação física ou eletrônica que componha ou tenha resultado de atividades do TRT, sem a devida autorização;
- c) Não explorar, em benefício próprio ou de terceiros, informações e documentos adquiridos através da participação em atividades do TRT.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA se declara ainda ciente de que:

- a) Salvo estipulação ou manifestação em sentido contrário, qualquer informação prestada será considerada pela CONTRATADA como Informação Confidencial do TRT, incluindo qualquer informação do fornecedor sob custódia do TRT, bem como qualquer informação do próprio TRT.
- b) Qualquer divulgação, oral ou eletrônica, que acompanhe a informação escrita, também será considerada Informação Confidencial. Se a informação for divulgada oral ou eletronicamente sem documentação escrita acompanhando, também será considerada Informação Confidencial, salvo manifestação expressa em contrário do TRT quando da divulgação.
- c) O TRT se reserva o direito de monitorar e auditar quaisquer atividades que envolvam estas informações.

**ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

	d) As obrigações de confidencialidade estabelecidas nesta cláusula se estendem por TEMPO INDETERMINADO, independentemente da quebra de vínculo com o TRT ou do fim da vigência deste instrumento e, ainda, apenas serão alteradas mediante autorização mútua, por escrito, assinada por ambas as partes.
--	--

<b>Requisitos de Manutenção</b>	
<b>ID</b>	<b>Descrição</b>
R.M01	Não se aplica.

<b>Requisitos de Prazo</b>	
<b>Visitas Técnicas para emissão de certificado digital</b>	
<b>ID</b>	<b>Descrição</b>
R.P01	O reagendamento ou cancelamento de visita técnica deverá ser informado pela Coordenadoria de Provimento e Vacância à Contratada com, no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência.

<b>Requisitos de Segurança da Informação</b>	
<b>ID</b>	<b>Descrição</b>
R.SI01	Não se aplica.

<b>Requisitos de Garantia</b>	
<b>Certificado digital do tipo A3 - AC-JUS - padrão ICP-Brasil</b>	
<b>ID</b>	<b>Descrição</b>
R.G01	O certificado digital deve ter validade de no mínimo 36 (trinta e seis) meses contados a partir da data de emissão.
R.G02	A Contratada prestará garantia do objeto, responsabilizando-se pela qualidade e funcionamento dos certificados emitidos, e deverá seguir as instruções e observações efetuadas pelo gestor da contratação ou servidor indicado pela Contratante, bem como reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, materiais e serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
R.G03	A contratada deverá prover garantia de correção e atualização por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP – Brasil, pelo período mínimo de 3 (três) anos para o certificado de pessoa física do tipo A3, contados a partir da data de emissão do certificado;



## ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

R.G04	Caso a atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o contratante;
-------	---

<b>Requisitos de Entrega e Critérios de Aceitação do Objeto</b>	
<b>Certificado digital do tipo A3 - AC-JUS - padrão ICP-Brasil</b>	
<b>ID</b>	<b>Descrição</b>
R.EC01	Com o objetivo de reduzir as custas de deslocamento de magistrados e servidores, bem como reduzir interrupções nas rotinas de trabalho, a empresa contratada deverá possuir postos para atendimento presencial nas seguintes cidades do interior de São Paulo: Americana, Araraquara, Araçatuba, Assis, Bauru, Campinas, Caraguatatuba, Catanduva, Cruzeiro, Franca, Jaboticabal, Jacareí, Jales, Jaú, Jundiaí, Lençóis Paulista, Limeira, Lins, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São Carlos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sertãozinho, Sorocaba, Tatuí, Taubaté, Votuporanga.
R.EC02	A contratada para fornecimento de certificados digitais e visitas técnicas, deverá apresentar a relação de postos de atendimento nos municípios listados acima, contendo endereço e telefone de contato com o respectivo posto com, no máximo, 7 (sete) dias úteis após a assinatura da Ata de Registro de Preços. Na contagem dos prazos previstos neste documento, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis e de expediente no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
<b>Visitas Técnicas</b>	
<b>ID</b>	<b>Descrição</b>
-	Não se aplica.

<b>Requisitos de Fiscalização e Acompanhamento</b>	
<b>Certificado digital do tipo A3 - AC-JUS - padrão ICP-Brasil</b>	
<b>ID</b>	<b>Descrição</b>
R.FA01	O fornecimento será acompanhado e fiscalizado pelo(a) Coordenador de Provimento e Vacância deste TRT, designado(a) gestor(a) da ata de registro de preços;
R.FA02	A fiscalização de que trata este item: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Será exercida no interesse da Administração;</li> <li>b) Não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR pelos danos causados ao TRT, ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos;</li> </ul>
R.FA03	Quaisquer exigências de fiscalização, inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços, deverão ser prontamente atendidas pelo FORNECEDOR, sem qualquer ônus para este E. Tribunal;

**ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

<b>Visitas Técnicas</b>	
<b>ID</b>	<b>Descrição</b>
-	Não se aplica.

<b>Requisitos de Sanções/Penalidades</b>	
<b>ID</b>	<b>Descrição</b>
R.SP01	<p>Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a Contratada ficará sujeita às sanções previstas neste Termo de Referência no caso de descumprimento das obrigações pactuadas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, é assegurada a prévia e ampla defesa. As penalidades a seguir poderão ser aplicadas cumulativamente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Advertência;</li><li>b) Multa de:<ul style="list-style-type: none"><li>i) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil, calculado sobre o valor da Nota de Empenho, no caso de atraso injustificado na emissão dos certificados, até o limite de 5% (cinco por cento);<ul style="list-style-type: none"><li>1) No caso de atraso injustificado na emissão dos certificados por prazo superior a 10 (dez) dias úteis, com a aceitação do objeto pela Administração, poderá ser aplicada multa adicional de 10% (dez por cento) sobre o valor da Nota de Empenho.</li></ul></li><li>ii) 2% (dois por cento) por dia útil, calculado sobre o valor do item, no caso de atraso injustificado de atendimento da garantia, limitado a 20% (vinte por cento);</li><li>iii) A contratada terá o prazo de 24 horas para responder aos questionamentos referentes a atendimentos já iniciados aos usuários do Contratante ou a arquivos de dados que sejam solicitados pelo Contratante, contados a partir do envio de e-mail institucional ou documento oficial. O atraso injustificado da resposta poderá ser punido com multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor de cada certificação contratada, a cada período de 24 horas que exceder o prazo estabelecido para a resposta da contratada, até o limite de 10% (dez por cento).</li><li>iv) No caso de indisponibilidade técnica no sistema informatizado de gerenciamento e concessão de licenças, mantido pela Contratada, a mesma terá o prazo de 24 horas para resolução da falha e disponibilização do sistema, contados a partir do envio de e-mail</li></ul></li></ul>

## ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

	<p>institucional ou documento oficial. O atraso injustificado na resolução da indisponibilidade técnica sistema informatizado de gerenciamento e concessão de licenças poderá ser punido com multa de de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total adjudicado para o Grupo 2 - certificados digitais e visitas técnicas - a cada período de 24 horas que exceder o prazo estabelecido para a resposta da contratada, até o limite de 10% (dez por cento).</p> <p>v) No caso de atraso no cumprimento do prazo de assinatura da ata de registro de preços ou da retirada da nota de empenho, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total adjudicado, até o limite de 15% (quinze por cento).</p> <p>vi) As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por cancelamento do ajuste por culpa do FORNECEDOR, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.</p> <p>vii) Na ausência do pagamento das multas, o TRT poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do FORNECEDOR. Inexistindo crédito em favor do FORNECEDOR, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por “Aviso de Recebimento – AR”, sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.</p> <p>viii) A aplicação das multas estabelecidas no item, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, não impede que o TRT rescinda unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, às sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8.666/1993.</p> <p>ix) Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao FORNECEDOR o contraditório e a prévia defesa.</p> <p>c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais.</p> <p>d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.</p>
--	---

Requisitos de Qualificação Técnica	
Certificado digital do tipo A3 - AC-JUS - padrão ICP-Brasil	
ID	Descrição

**ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

R.QT01	Atestado de Capacidade Técnica: Documento (s) expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a Licitante executou serviço de emissão de certificados digitais e visitas para validação documental para um total de no mínimo 700 (setecentos) certificados, sendo permitido o somatório de atestados.
--------	--

Prazo de Vigência da Contratação	
ID	Descrição
P.VC01	Prazo de vigência da contratação: 12 meses, a partir da emissão de cada NE (Nota de Empenho), sem prejuízo da garantia para o objeto.

**3.5 Soluções disponíveis no mercado****Solução 1 - Adquirir certificados digitais do tipo A3 e visitas técnicas conforme os requisitos**

**Descrição:** Esta solução tem como objetivo a aquisição de certificados digitais do tipo A3 - padrão ICP-Brasil e cadeia AC-JUS - e visitas técnicas.

**Vantagens/Benefícios:**

- Aprimorar e garantir plenamente a prestação jurisdicional.
- Valores de certificados e visitas técnicas abaixo dos praticados atualmente no mercado, proporcionando economia de recursos para o Tribunal.

**Desvantagens:**

- Risco da contratada não possuir representação em toda a área de jurisdição do TRT15, obrigando o deslocamento de juízes e servidores para seu atendimento.

**Atende (Sim/Não)?** Sim

**Solução 2 - Adquirir certificados digitais em nuvem**

**Descrição:** Esta solução tem por finalidade adquirir certificados digitais em nuvem, dispensando a necessidade de compra futura de mídias criptográficas para leitura de certificado.

**Vantagens/Benefícios:**

- Menor custo em relação às outras soluções, pois dispensa a necessidade de aquisição de dispositivos intermediários para a leitura do certificado.
- Pode ser acessado de qualquer lugar e em qualquer dispositivo.
- Aprimorar e garantir plenamente a prestação jurisdicional.

**Desvantagens:**

- Solução recente no mercado, e poucas empresas oferecem o serviço.
- Possível incompatibilidade com diversos sistemas utilizados pelo Tribunal.

### ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

- O acesso ao certificado é baseado em um limite de transações pelo período de validade do certificado.

Atende (Sim/Não)? Não

### 3.6 Contratações similares disponíveis em outros órgãos

- Contratações similares em outros órgão para o item “Certificado digital do tipo A3 - AC-JUS - padrão ICP-Brasil”:

<b>Código UASG</b>	158099		
<b>Órgão</b>	Inst.Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro		
<b>Modalidade</b>	Pregão	<b>Número / Ano</b>	01/2022
<b>Situação</b>	Informado		
<b>Objeto</b>	Contratação de empresa especializada em serviço de emissão/renovação de certificação digital A3, e CPF e e-CNPJ dentro das especificações e normas ICP-Brasil, com validade mínima de 3 (três) anos, fornecimento de dispositivos para armazenamento de certificados digitais do tipo Token USB criptográfico e visitas locais para certificação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.		
<b>Identificação do Serviço/Material</b>	Emissão de certificado digital A3, sem token pessoa física		
<b>Descrição Detalhada do Serviço/Material</b>	SERVIÇO DE VISTORIA / VALIDAÇÃO / CERTIFICAÇÃO DIGITAL - - - EMISSÃO/RENOVAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL A3 E-CPF VALIDADE 03 ANOS		
<b>Quantidade</b>	139	<b>Valor Unitário (R\$)</b>	30,00

<b>Código UASG</b>	080018		
<b>Órgão</b>	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16. REGIAO		
<b>Modalidade</b>	Pregão	<b>Número / Ano</b>	17/2021
<b>Situação</b>	Informado		
<b>Objeto</b>	Contratação de empresa, através de Sistema de Registro de preços, para eventual prestação de serviço continuado de validação, emissão e/ou gravação de certificado digital, bem como serviço de visita técnica em todas		

**ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

	as unidades da contratante, por 30 (trinta) meses, conforme condições, quantidades e exigências constantes do Termo de Referência, parte integrante do Edital.		
<b>Identificação do Serviço/Material</b>	Emissão de Certificado Digital A3, sem Token Pessoa Física		
<b>Descrição Detalhada do Serviço/Material</b>	Emissão de certificado digital a3, sem token pessoa física		
<b>Quantidade</b>	715	<b>Valor Unitário (R\$)</b>	38,00

<b>Código UASG</b>	070011		
<b>Órgão</b>	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS		
<b>Modalidade</b>	Pregão	<b>Número / Ano</b>	71/2021
<b>Situação</b>	Informado		
<b>Objeto</b>	Pregão Eletrônico - Registro de preço para contratação dos serviços de emissão e validação de certificados digitais, com aquisição de tokens.		
<b>Identificação do Serviço/Material</b>	Emissão de Certificado Digital A3, sem Token Pessoa Física		
<b>Descrição Detalhada do Serviço/Material</b>	Certificado digital A3 para pessoa física (eCPF).		
<b>Quantidade</b>	52	<b>Valor Unitário (R\$)</b>	35,00

Contratações similares em outros órgão para o item “Visitas técnicas”:

<b>Código UASG</b>	070011		
<b>Órgão</b>	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS		
<b>Modalidade</b>	Pregão	<b>Número / Ano</b>	71/2021
<b>Situação</b>	Informado		
<b>Objeto</b>	Pregão Eletrônico - Registro de preço para contratação dos serviços de		

### ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

	emissão e validação de certificados digitais, com aquisição de tokens.		
<b>Identificação do Serviço/Material</b>	Emissão de Certificado Digital A3, sem Token Pessoa Física		
<b>Descrição Detalhada do Serviço/Material</b>	Visita técnica para validação e emissão de certificados digitais.		
<b>Quantidade</b>	5	<b>Valor Unitário (R\$)</b>	20,00

<b>Código UASG</b>	80006		
<b>Órgão</b>	Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região		
<b>Modalidade</b>	Pregão	<b>Número / Ano</b>	06/2021
<b>Situação</b>	Informado		
<b>Objeto</b>	Pregão Eletrônico - Serviço de emissão de certificados digitais, fornecimento de Mídia Criptográfica do tipo token USB para armazenamento de certificado digital, com capacidade mínima de memória de 72KB e suporte a chaves de 2048 bits e visitas técnicas para emissão dos certificados digitais.		
<b>Identificação do Serviço/Material</b>	Emissão de Certificado Digital A3, sem Token Pessoa Física		
<b>Descrição Detalhada do Serviço/Material</b>	Visita técnica para validação e emissão de Certificado Digital nas unidades do Tribunal localizadas no interior do estado de Pernambuco, com exceção das unidades localizadas na Região Metropolitana. Conforme especificações constantes no Anexo I do Edital (Termo de referência)		
<b>Quantidade</b>	20	<b>Valor Unitário (R\$)</b>	30,00

<b>Código UASG</b>	070010		
<b>Órgão</b>	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO		
<b>Modalidade</b>	Pregão	<b>Número / Ano</b>	26/2021
<b>Situação</b>	Informado		
<b>Objeto</b>	Pregão Eletrônico - Registro de Preços para eventual aquisição de Soluções de Certificados Digitais, validação e emissão para pessoa física, dos tipos A1		

**ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

	e-CNPJ, Cert-JUS Institucional A3 e-CPF e e-CNPJ, de visitas técnicas para validação e emissão de Certificados Digitais, no ambiente do TRE/PE, bem como o fornecimento de mídias criptográficas do tipo token USB, para armazenamento dos certificados digitais, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência do Edital (anexo I).		
<b>Identificação do Serviço/Material</b>	Emissão de Certificado Digital A3, sem Token Pessoa Física		
<b>Descrição Detalhada do Serviço/Material</b>	Visita técnica para cadastramento, validação e emissão de certificado digital, no ambiente da Contratante.		
<b>Quantidade</b>	5	<b>Valor Unitário (R\$)</b>	28,00

**3.7 Identificação de diferentes soluções que atendem aos requisitos**

Não se aplica.

**3.8 Identificação de diferentes soluções que atendam aos requisitos e presentes no Portal do Software Público Brasileiro**

Não se aplica.

**3.9 Identificação de diferentes soluções em software livre ou software público que atendem aos requisitos**

Não se aplica.

**3.10 Identificação de diferentes soluções considerando o no Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do Poder Judiciário**

Não se aplica.

**3.11 Identificação de diferentes soluções considerando a aderência às regulamentações da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil)**

Todas as soluções disponíveis no mercado e que atendem aos requisitos dispostos neste documento são aderentes às regulamentações da ICP-Brasil.



**ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES****3.12 Identificação de diferentes soluções considerando Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus)**

Não se aplica.

**3.13 Estimativa preliminar de preços**

<b>Item 1 - Certificado digital, padrão ICP Brasil, para Pessoa Física, tipo A-3, cadeia AC-JUS</b>				
<b>Órgão que contratou / Fornecedor / Data de Contratação</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário (R\$)</b>	<b>Custo Total da Solução (R\$)</b>
Inst.Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (UASG 158099) - PE 01/2022	Un.	139	30,00	4.170,00
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (UASG 080018) - PE 17/2021	Un.	715	38,00	27.170,00
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (UASG 070011) - PE 71/2021	Un.	52	35,00	1.820,00

<b>Item 2 - Visita técnica para validação e emissão de certificado digital</b>				
<b>Órgão que contratou / Fornecedor / Data de Contratação</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Custo Total da Solução</b>
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (UASG 070011) - PE 71/2021	Un.	5	20,00	100,00
Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região (UASG 80006) - PE 06/2021	Un.	20	30,00	600,00
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (UASG 070010) - PE 26/2021	Un.	5	28,00	140,00

## ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Em que pesem as informações contidas nas tabelas acima, obtidas preliminarmente pela área demandante, a pesquisa de mercado apurada pela Coordenadoria de Compras resultou em um valor total estimado para a contratação de R\$ 88.940,00. As informações pertinentes para a composição dessa estimativa podem ser encontradas nos documentos “Banco de Preços (nº 25)” e “Planilha Estimativa (nº 26)” do PROAD 16060/2022.

### 3.14 Justificativa e escolha da solução a contratar

<b>Nome:</b>	Solução 1 - Adquirir certificados digitais do tipo A3 e visitas técnicas conforme os requisitos.
<b>Descrição:</b>	Esta solução tem como objetivo a aquisição dos certificados e visitas técnicas através de uma licitação na modalidade Registro de Preços.
<b>Justificativa:</b>	Após todos os estudos de viabilidade dessa demanda, a equipe de planejamento decidiu que a aquisição dos objetos constantes na “Solução 1” conforme requisitos deste documento atenderá todas as necessidades deste Tribunal no tocante à certificados digitais, visitas técnicas e custos.
<b>Bens e Serviços:</b>	<p>A pesquisa de preços para os itens deste processo licitatório foi formada de acordo com a Instrução Normativa nº 73/2020, conforme o artigo 5º, e seus incisos. A consulta foi feita a partir de itens similares contidos em atas vigentes disponibilizadas no Portal de Compras Governamentais, sendo que esta pesquisa foi realizada através do site COMPRASNET; pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.</p> <p>Foram selecionados três valores para cada um dos itens a serem contratados, dos quais foram obtidas médias aritméticas simples que formaram o valor unitário estimado de cada item presente na solução escolhida.</p>

### 3.15 Benefícios a serem alcançados

TIPO DE RESULTADO	SIM	NÃO	DETALHAMENTO
<b>Ganho de produtividade</b>	X		Não interrupção das atividades da prestação jurisdicional.
<b>Redução de esforço</b>	X		Sem as ferramentas haveria controle defasado de dados e andamentos processuais.
<b>Redução de custo</b>	X		A compra em quantidade volumosa reduz a precificação, como demonstrado em outras oportunidades.
<b>Redução do uso de</b>		X	

### ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

recursos			
<b>Melhoria de controle</b>	X		Sim, tendo em vista o protagonismo do sistema eletrônico dos processos trabalhistas.
<b>Redução de riscos</b>	X		Não se expõe a Administração a eventuais interrupções na prestação jurisdicional.
<b>Determinação legal</b>	X		Aderência ao disposto na Resolução CNJ nº 185/2013, Art. 4º, § 3º e Resolução CSJT nº 164/2016
<b>Determinação Administrativa</b>	X		Há a consciência de gerências superiores da necessidade das ferramentas e de seu oferecimento aos usuários.

#### 3.16 Relação entre a demanda prevista e a quantidade de cada item

No ano de 2020, foram emitidos aproximadamente 1.700 certificados digitais pelo Tribunal. Tais certificados, com validade de 03 anos, irão vencer em 2023. Atualmente, o Tribunal dispõe de aproximadamente 400 certificados por emitir.

##### 3.16.1 Informações de consumo

O item 1 - Certificado digital do tipo A3 - AC-JUS - padrão ICP-Brasil - temos um histórico de consumo de aproximadamente 1700 (mil e setecentas) certificações, baseado no ano de 2020 até este presente momento. A estimativa de consumo **ficará em torno de 2000 (duas mil)** certificações, já que estariam para vencer em 2023 cerca de 1700 (mil e setecentas) certificações que foram emitidas em 2020, além das emissões adicionais por motivo de extravio, falha técnica, dano físico da mídia etc. A periodicidade de aquisição dos certificados, será mensal.

Para o item 2 - Visita técnica para validação e emissão de certificado digital - não temos informações detalhadas, já que o número de visitas é pequeno e serão somente para atender Desembargadores da Administração, para que não se desloquem até as salas de atendimento fora do Tribunal. Não temos uma periodicidade de aquisição definida e nem um consumo imediato previsto.

#### 3.17 Providências para adequação do ambiente do órgão

O Tribunal proverá espaço físico para realização das visitas e também o acesso à Internet e rede elétrica.

### 4 Equipe de Planejamento da Contratação

O presente estudo técnico preliminar foi elaborado pela equipe de planejamento da contratação.

### ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

<div>____/____/____</div> <div>—</div>	Integrante Técnico  Mat.:	<div>_____</div> <div><b>Assinatura</b></div>
<div>____/____/____</div> <div>—</div>	Integrante Requisitante  Mat.:	<div>_____</div> <div><b>Assinatura</b></div>
<div>____/____/____</div> <div>—</div>	Integrante Administrativo  Mat.:	<div>_____</div> <div><b>Assinatura</b></div>